

109 recursos hídricos para o aproveitamento dos recursos minerais, o que não foi possível. Em
110 seguida, relatou o que foi discutido em relação aos artigos da proposta de Resolução e
111 externou sua expectativa de que, com mais uma reunião, o GT consiga encerrar os
112 trabalhos. A Dra. Leila propôs o agendamento da próxima reunião da CTPOAR em função
113 das datas da CTIL e do CNRH, como forma de tentar o encaminhamento da proposta para
114 apreciação da Plenária do Conselho. O Dr. Emanuel aproveitou o momento para endossar as
115 palavras da Dra. Patrícia com relação ao GT sobre águas minerais; disse entender que a
116 posição do GT está indefinida até um posicionamento da Plenária do CNRH. A Dra.
117 Patrícia disse ser preciso exigir definições claras sobre as regras do jogo; salientou que não
118 foi a primeira vez que medidas são tomadas à revelia do CNRH. A Dra. Leila lembrou
119 que os Presidentes das CTs se reunirão no próximo dia 17 de setembro e certamente se
120 manifestarão formalmente sobre o assunto. A Dra. Célia falou que os trabalhos do GT não
121 foram paralisados. A Dra. Patrícia esclareceu que a questão principal, neste caso, foi a
122 retirada de pauta da última reunião do CNRH da moção sobre assunto aprovada pela CTAS.
123 O Dr. Marcelo lembrou que, após a criação do GT no âmbito das CTs do CNRH, foi
124 publicado o Decreto tratando de assunto similar e com o escopo dos trabalhos
125 extremamente igual, com praticamente repetição da composição e com coordenação
126 definida para a ANA. O Dr. Emanuel concordou e falou que, em face do ocorrido, a CTAS
127 elaborou proposta de Moção sugerindo alterações no texto do Decreto. A Dra. Leila
128 ressaltou que a melhor resposta das Câmaras Técnicas do Conselho é a continuidade dos
129 trabalhos que, salientou, são eminentemente técnicos e legais. Foi sugerida pausa para
130 almoço, às 12:00 horas. Os trabalhos foram reiniciados às 14:25 horas e a Dra. Leila
131 solicitou definição da linha de condução dos trabalhos de discussão da proposta de
132 Resolução do GT Mineração. Ficou definido que o fluxograma de integração de
133 procedimentos fosse utilizado somente como orientativo para os trabalhos do GT; foi
134 também destacado o caráter de integração de procedimentos que a proposta de Resolução
135 deverá abranger, sem a intenção de determinar e amarrar prazos do licenciamento ambiental
136 e das outorgas de mineração e recursos hídricos. As discussões sobre a proposta de
137 Resolução se estenderam por todo o período da tarde e a versão gerada encontra-se em
138 anexo (**Anexo VI**). Ao final dos trabalhos foi solicitado aos participantes do GT que, para a
139 próxima reunião, tragam sugestões, principalmente referentes aos artigos 3º e 4º. Aos
140 representantes do DNPM foi solicitada uma lista das exigências feitas a cada setor
141 minerário para obtenção do direito de lavra. A 19ª reunião da Câmara Técnica foi definida
142 para o próximo dia 10 de outubro e a do GT Mineração, para os dias 26 e 27 de setembro.
143 Em função do andamento dos trabalhos do dia, foi abandonada a intenção de encaminhar a
144 proposta de Resolução do GT Mineração para a 9ª Reunião do CNRH, com data provável
145 de realização no dia 9 de outubro deste ano. Às 17:15 horas, a Dra. Leila agradeceu a
146 presença de todos e encerrou a reunião.

147

148 Ata aprovada na 19ª Reunião realizada em 31/10/2002.

149

150

151 LEILA CARVALHO GOMES

152 Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Relator

58 Propôs-se a, daqui alguns meses, trazer a esta CT os frutos do citado trabalho.
59 Contemporizou que o assunto será motivo de preocupação para os órgãos gestores de
60 recursos hídricos em todo o país, por tratar de questão relativa à potabilidade das águas.
61 Retornando à pauta, a Dra. Leila solicitou ao Dr. Diógenes que relatasse as atividades do
62 GT Reservatórios. O Dr. Diógenes referiu-se à reunião realizada em São Paulo, nos dias 15
63 e 16 de agosto passado, e leu o respectivo relato, o qual foi enviado aos participantes do GT
64 e membros da CTPOAR. Lembrou também que a palestra realizada na oportunidade pelo
65 Dr. Oswaldo Rossetto, do Depto. Hidroviário do Estado de São Paulo, está disponível para
66 *download* no *site* do CNRH. Falou que a próxima reunião do GT está agendada para
67 Salvador, nos dias 19 e 20 de setembro próximo, motivada pela oportunidade de discutir
68 conflitos existentes entre usuários de água para irrigação e para abastecimento público, na
69 represa de Pedra do Cavalão. Relatou sua expectativa de que, nesta próxima reunião, o GT
70 encerre a elaboração da proposta de Resolução, exceto pelos artigos 8º e 9º, que deverão ser
71 motivo de discussão em reunião posterior. Em seguida, discorreu sobre as discussões
72 ocorridas em São Paulo e explicou que a versão 2 da proposta de Resolução (**Anexo IV**),
73 originou-se da adição das sugestões encaminhadas pelo Ministério dos Transportes /
74 Hidroviários. O Dr. Roberto Monteiro questionou se os empreendimentos existentes estão
75 sendo contemplados na Resolução. O Dr. Diógenes argumentou que, ao final dos trabalhos
76 dirigidos para os novos barramentos, poderão ser contemplados os casos existentes. A Dra.
77 Célia Cristina disse que a opção do GT para tratar somente os novos empreendimentos foi
78 em função da dificuldade encontrada para terminar um documento tão abrangente. A Dra.
79 Leila reforçou que as dificuldades para os empreendimentos existentes são muito grandes,
80 inclusive pelas particularidades de cada um. O Dr. Roberto concordou com as
81 argumentações, mas ressaltou que efetivamente os maiores problemas de conflitos ocorrem
82 nos empreendimentos existentes. O Dr. Di Bella lembrou que o GT já havia definido
83 anteriormente que a Resolução trataria de todos os empreendimentos e ressaltou que esta
84 CT foi criada com o objetivo de lançar luz sobre conflitos; concluiu dizendo que a CT não
85 poderia se omitir de emitir parâmetros para a resolução de conflitos. O Dr. Emanuel
86 questionou se a proposta de Resolução terá um fluxograma de integração de procedimentos
87 como anexo. O Dr. Diógenes esclareceu que um fluxograma está sendo utilizado para
88 balizar os trabalhos e que, como o mesmo poderia interferir em legislações setoriais e
89 estaduais, correria-se o risco de fixar parâmetros inadequados e com isso, a idéia inicial foi
90 não anexar o fluxograma à proposta de Resolução. O Dr. Emanuel salientou que, para o
91 caso da proposta de Resolução em elaboração pelo GT Mineração, pretende-se dar um
92 prazo para a adequação dos empreendimentos existentes. A Dra. Patrícia, referindo-se ao
93 Decreto da Presidência da República, de 8 de julho de 2002 (**Anexo V**), que criou um
94 Grupo de Trabalho para tratar da questão das águas minerais, disse que o GT criado no
95 âmbito da CT Águas Subterrâneas - CTAS e da CTPOAR, com a mesma finalidade, deve
96 continuar seus trabalhos. Ressaltou que as CTs do CNRH deverão estar aliadas neste
97 processo que diz respeito à atribuição da formulação da Política Nacional de Recursos
98 Hídricos. A Dra. Leila lembrou que está agendada, para o dia 17 de setembro próximo,
99 reunião dos Presidentes das CTs e que sua expectativa é a emissão de uma posição formal
100 sobre esta questão. Em relação à proposta de Resolução em elaboração pelo GT
101 Reservatórios, a Dra. Patrícia lembrou que somente 20% do potencial hidráulico do País
102 está sendo utilizado e que, portanto, os novos empreendimentos deverão ser significantes;
103 sugeriu também que a proposta abranja regras de implantação e regras de operação. O Dr.
104 Diógenes encerrou seu relato e a Dra. Leila finalizou opinando que ficou evidente a
105 recomendação de que, em algum momento, o GT trate também dos empreendimentos
106 existentes. Dando prosseguimento, solicitou ao Dr. Emanuel que relatasse as atividades do
107 GT Mineração. O Dr. Emanuel disse que o GT se reuniu, no dia anterior, com a missão de
108 encerrar a elaboração da proposta de Resolução sobre diretrizes para a outorga de uso dos

1 **ATA DA 18ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE**
2 **PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,**
3 **REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**
4
5

6 **DATA:** 28/08/2002 **Início:** 09:50 hs **Término:** 17:15 hs
7

8 **PARTICIPANTES :**

9 Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
10 Ministério do Transportes: Guilherme de Lima Paes (guilherme.paes@transportes.gov.br)
11 Agência Nacional de Águas – ANA: Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)
12 Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL: Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)
13 Conselhos Estaduais Região Sul: Rejane Beatriz de Abreu e Silva (rejanebs@zaz.com.br)
14 Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
15 Conselhos Estaduais Região Centro-oeste: Marco Alexandre S. André (marco_alexandre@yahoo.com.br)
16 Conselhos Estaduais Região Nordeste: José Albagli (jalbagli@terra.com.br)
17 Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: (ausência)
18 Irigantes: (ausência)
19 Indústrias : Marcelo Taylor de Lima (marcelo.taylor@cvrd.com.br)
20 Setor Hidroviário: José Di Bella Filho (di_bella@uol.com.br)
21 Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: (ausência)
22

23 **CONVIDADOS:**

24 Alberto Antônio Muller – DNPM/MME (gtmuller@terra.com.br)
25 Armando de Queiroz Teixeira Neto – DNPM (armando@dnpm.gov.br)
26 Célia Regina B. Poeta – CETESB/SP (celiap@cetesb.sp.gov.br)
27 Dário Moraes de Almeida – DNPM (dario@dnpm.gov.br)
28 Emanuel Teixeira de Queiroz – DNPM (emanuel@dnpm.gov.br)
29 George Valter de Almeida Sobrene – ANA (georges@ana.gov.br)
30 Graziella Cristina Fontoura da Silva – ANEEL (graziella@aneel.gov.br)
31 Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)
32

33 **RELATOR:**

34 Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
35

36 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

37 Às 09:50 horas do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e dois, a Dra. Leila abriu a
38 18ª Reunião desta Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e
39 Ações Reguladoras (CTPOAR) do CNRH. Agradeceu a presença de todos e iniciou pelo
40 item 2 da Pauta (**Anexo I**): análise da Ata da 17ª Reunião, a qual foi aprovada com
41 modificações. Em seguida, sugeriu, em função do não fechamento da proposta de
42 Resolução em discussão no Grupo de Trabalho Outorga na Mineração, que a pauta fosse
43 modificada: os relatos dos Grupos de Trabalho antecedessem a continuidade da discussão
44 da proposta de Resolução do GT Mineração. Após a aprovação de todos, solicitou ao Dr.
45 Luiz Cláudio que relatasse a substituição de membro da CTPOAR, aprovada pelo CNRH
46 em sua 8ª Reunião Extraordinária. O Dr. Luiz Cláudio fez referência a correspondência
47 encaminhada ao Secretário Executivo do CNRH pelo Conselheiro titular representante do
48 setor usuário das prestadoras de serviço público de água e esgotamento sanitário (**Anexo**
49 **II**), na qual o mesmo comunicou a desistência do setor em participar de algumas CTs, entre
50 elas esta CTPOAR. Com isso, continuou, o assunto foi levado à CTIL que, por sua vez,
51 decidiu pela determinação de suplências, elaboradas com base nos pleitos de participação
52 não atendidos quando do aumento do número de membros das CTs do CNRH. Desta forma,
53 resumiu, o segmento das concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica foi indicado
54 para preencher a vaga existente na CTPOAR (**Anexo III**). Dando prosseguimento, a Dra.
55 Leila citou trabalho em conjunto que está sendo iniciado pelo DAEE e a FUNASA, de
56 monitoramento de poços na cidade de São Paulo, motivado pela publicação da Portaria MS
57 nº 1.469, de 2000, a qual foi motivo de apresentação e debates na 17ª Reunião da CTPOAR.